



## **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 8ª REGIÃO**

### **ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA**

Ata da noningentésima octogésima segunda reunião Plenária, em convocação ordinária, do Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região, realizada no vigésimo nono dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, na modalidade híbrida, com participação remota via Google Meet e participação presencial no Hotel Viale Tower (Avenida Jorge Schimmelpfeng, 232 - Centro, Foz do Iguaçu, Paraná). Conselheiras(os) participantes presencialmente: Cons. Presidenta Psic. Ana Lígia Bragueto (CRP-08/08334); Cons. Tesoureiro Psic. Andrey Santos Souza (CRP08/30587); Psic. Cons. Fabíola Regina Ortega (CRP-08/17317); Kathia Regina Galdino de Godoy (CRP-08/14630); Cons. Psic. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935); Cons. Psic. Sara Gladys Toninato (CRP-08/07092); Cons. Psic. Sérgio Bezerra Pinto Junior (CRP-08/26037) Conselheiras(os) participantes de forma remota: Cons. Psic. Emerson Luiz Peres (CRP08/06673) e Cons. Psic. Fábio José Orsini Lopes (CRP-08/09877); Também presentes presencialmente: Mauricio Cardoso da Silva (CRA-PR 22261) - Gerência Geral; Psic. Vanelise Masquetti Valério Antoniassi (CRP-08/25684) - Gerência Técnica. Havendo quórum, às 09h00min tem início a reunião Plenária. A conselheira Ana Lígia iniciou formalmente a reunião, estabelecendo o horário de encerramento para às 11h30m. Justificou o horário para não interferir na comemoração do aniversário da mãe do conselheiro Emerson. Em seguida, concedeu a palavra ao conselheiro Andrey, explicando que ele havia solicitado a realização da reunião para discutir o processo de transição e que vinha refletindo sobre o tema. 1. Planejamento da Transição de Gestão. O Conselheiro Andrey iniciou sua fala justificando a convocação da reunião para além da pauta regular. Ele explicou que sua preocupação com o processo de transição ultrapassa os aspectos puramente burocráticos e financeiros delineados no documento orientador do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Ressaltou o desafio que os novos conselheiros enfrentam para se apropriar do funcionamento do conselho, observando que o aprendizado completo sobre a instituição muitas vezes ocorre apenas ao final da gestão. Argumentou que as formações gerais, como a futura "escola de governança", podem não ser suficientes para contemplar as peculiaridades culturais e operacionais do CRP-08, como a prática de plenárias abertas e as terminologias específicas de suas comissões, que possuem implicações funcionais. Por fim, informou que, em relação aos pontos práticos do documento do CFP, o levantamento da documentação necessária para a transição já foi solicitado e está sendo organizado pelo Gerente Geral Maurício para futuro compartilhamento. Maurício informou que a equipe já iniciou o levantamento dos documentos para a transição e que a maior parte estará disponível ao longo da semana. Adicionalmente, solicitou a palavra para um momento posterior, a fim de compartilhar sua experiência acumulada em suas onze transições de gestão anteriores. O Conselheiro Andrey propôs a formação de uma comissão de transição, conforme as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que deverá ser composta por cinco membros da gestão atual e cinco da gestão eleita. Ele destacou que, segundo o documento, a comissão deve ser formalmente constituída em até cinco dias após a divulgação do resultado da eleição. Argumentou que discutir o tema de forma antecipada é uma vantagem, pois permite um processo mais organizado e coeso, evitando uma transição fragmentada e pouco elucidativa para os novos membros. Em seguida, o

conselheiro informou que, devido a um afastamento de suas atividades de doutorado, possui maior disponibilidade de tempo. Por essa razão, colocouse à disposição para coordenar os trabalhos da comissão em nome da gestão atual. Como encaminhamento, sugeriu que o plenário desse início à composição do seu grupo de cinco membros, que, preferencialmente, devem possuir conhecimentos nas áreas administrativa, financeira e regimental do Conselho. A Conselheira Ana Lígia informou que também irá compor a comissão. O Psicólogo Andrey, em resposta a um questionamento sobre a participação de conselheiros que são candidatos à próxima gestão na comissão de transição, explicou que não identificou nenhum impedimento explícito nas normativas. Ponderou, contudo, que é uma decisão que cabe aos próprios interessados, mas observou que, caso sejam eleitos, não poderiam compor a comissão por ambos os lados (gestão atual e gestão eleita). Sugeriu que, nesse cenário, seria mais pertinente que integrassem o grupo da nova gestão. A conselheira Ana Lígia reiterou a regra para a composição da comissão de transição, informando que esta deve ser formada por cinco membros da gestão eleita e cinco membros da gestão em exercício. Maurício, expressou seu entendimento de que não há impedimento para que conselheiros candidatos participem da comissão de transição pela gestão atual, pois são membros atuantes da gestão vigente. Ele ponderou que, caso a chapa dos referidos conselheiros seja eleita, a composição da comissão poderia ser alterada posteriormente. Ressaltou, no entanto, a importância de que novos membros do plenário eleito participem do processo para que possam se familiarizar com o funcionamento do conselho, em contraste com os membros atuais que já conhecem o dia a dia. Concluiu afirmando que, para a fase de levantamento de dados, a participação de quem já possui conhecimento é fundamental, independentemente de serem candidatos. Em resposta a uma pergunta sobre a necessidade de reuniões presenciais, o conselheiro Andrey explicou que, segundo seu entendimento do documento orientador, a reunião formal de entrega entre as comissões da gestão atual e da eleita (com cinco membros de cada) deverá ser presencial. Contudo, ele ressaltou que o trabalho de preparação e construção dos materiais para a transição será realizado de forma coletiva por todo o plenário, aproveitando os encontros de domingo das próximas plenárias, e não se restringindo apenas aos cinco membros formais da comissão. Maurício procedeu à leitura de trechos do documento orientador da transição, informando as regras de funcionamento da comissão. Informou que a comissão da nova gestão tem o direito de solicitar documentos adicionais à comissão da gestão atual para subsidiar seus trabalhos. Explicou também que a entrega do relatório final deve ocorrer em, no mínimo, uma reunião presencial, com o objetivo de conferir os documentos e sanar dúvidas. Destacou que as requisições devem ser feitas entre os coordenadores de cada comissão, o que pressupõe a nomeação de um coordenador em cada grupo. Adicionalmente, afirmou que os membros da comissão terão amplo acesso a informações administrativas, financeiras e políticas que considerarem relevantes, sendo dever da diretoria do conselho fornecê-las. Por fim, detalhou os prazos estabelecidos: 15 dias após a formação da comissão para a entrega dos documentos principais, e 5 dias após a solicitação para a entrega de outros documentos, sendo que todos devem estar atualizados no momento da entrega final. Maurício questionou qual era o período previsto para a realização do processo de transição. Ana Lígia informou que o período previsto para a transição será de 27 de agosto a 27 de setembro. Andrey propôs que a comissão seja constituída de imediato e que esta deliberação já conste na presente ata. Justificou que a regra define o prazo máximo de cinco dias após a eleição para a formação, mas não estabelece um marco inicial, o que viabiliza a sua formalização antecipada. Maurício reforçou a importância da formalização antecipada da comissão, mencionando o marco de referência de 5 de setembro de 2025 para os prazos do CRP. Informou que a norma exige a constituição da comissão de transição em até

cinco dias úteis após a divulgação oficial do resultado eleitoral e concordou que a antecipação garantirá que os trabalhos estejam prontos no prazo estipulado. Ana Lígia concordou com o início informal dos trabalhos da comissão, a ser formalizada posteriormente, mas ponderou que não se deve registrar uma resolução que a constitua oficialmente neste momento. O conselheiro Andrey concordou, reforçando que a comissão deve ter sua composição completa. Acrescentou que os nomes dos membros deverão ser publicados nos sites do CFP e do CRP, o que exige uma definição formal prévia. A conselheira Ana Lígia solicitou que o documento do CFP sobre a transição de gestão seja encaminhado para as três chapas concorrentes. A sugestão é que o envio seja feito por intermédio da comissão eleitoral, a fim de que as chapas tenham conhecimento prévio da necessidade de formar uma comissão de transição e possam se organizar para este momento. Propôs a elaboração de uma comunicação formal a ser enviada às três chapas concorrentes, com a intermediação da comissão eleitoral. O comunicado deverá informar sobre o manual de transição de gestão enviado pelo CFP, comunicar que a gestão atual já está se organizando para o processo e sugerir que as chapas também reflitam sobre os possíveis membros de sua comissão, sem a necessidade de informar os nomes previamente. O objetivo principal é dar ciência a todos de que haverá a instituição formal de uma comissão de transição. O conselheiro Andrey comunicou que o conselheiro Emerson se colocou à disposição para integrar a comissão, caso seja necessário para completar o grupo. Informou, na sequência, que ainda faltava um membro para atingir os cinco necessários. A conselheira Sara também se colocou à disposição para contribuir com a comissão de transição, caso não houvesse outros interessados para a vaga restante. A conselheira Ana Lígia informou que o conselheiro Andrey será o coordenador da comissão de transição pela gestão atual. Maurício informou que, atendendo a uma solicitação de formalização, foi criado um drive com 10 pastas para organizar os documentos mínimos para a transição, como relatórios de gestão, contratos e convênios. Ele também elogiou a prática da gestão atual de registrar e documentar assuntos e eventos pendentes para a próxima administração, como as responsabilidades por eventos no período de transição em setembro. Segundo ele, essa é uma iniciativa importante para não deixar "arestas abertas" e evitar que a nova gestão desconheça compromissos em andamento. Sugeriu que essas informações poderiam ser compiladas em um tópico adicional no drive, como "outras demandas". Por fim, lembrou que a programação de plenárias da gestão atual se estende até 20 de setembro. Encaminhamento: Foi definida a comissão que representará a gestão atual no processo de transição. O grupo será coordenado pelo Conselheiro Andrey Santos Souza e composto também pela Conselheira Presidenta Ana Lígia Braguetto, pelo Conselheiro Emerson Luiz Peres e pela Conselheira Sara Gladys Toninato; Será elaborada uma comunicação formal a ser enviada às três chapas concorrentes, por intermédio da comissão eleitoral. O objetivo é informá-las sobre o manual de transição do CFP e sobre a necessidade de se organizarem para indicar os membros de sua respectiva comissão.

## 2. Regimento Interno.

O conselheiro Andrey iniciou a pauta sobre a atualização do regimento interno e da resolução das comissões temáticas, relacionando o tema ao processo de transição, como forma de consolidar os aprendizados da gestão. Ele relatou que no âmbito de um Grupo de Trabalho (GT) foi resgatada uma proposta anterior para que as comissões temáticas passem a ter um caráter estadual, com uma coordenação única e núcleos regionais. Andrey explicou que, na discussão original, houve preocupação dos membros sobre uma possível perda de cadeiras na plenária. O conselheiro expôs sua posição defendida no GT: ele não só apoia a mudança para um modelo estadual, como também entende que a participação presencial custeada na plenária deveria ser revista. Justificou sua posição com base na necessidade de garantir a sustentabilidade do conselho a médio e longo prazo, considerando o aumento de custos e demandas. Informou que a proposta foi bem recebida pelos

membros do GT e argumentou que a mudança não impede o engajamento, uma vez que a participação pode continuar de forma online ou presencial quando as reuniões ocorrerem na cidade dos colaboradores. Andrey pontuou durante a discussão que os colaboradores podem continuar participando das plenárias, desde que as reuniões permaneçam abertas à categoria. A conselheira Ana Lúcia contextualizou a discussão, afirmando que considera improvável que uma futura gestão feche as plenárias, pois a prática de reuniões abertas é antiga, remontando a pelo menos 2004. Ela historiou a evolução do modelo de participação, explicando que a partir de 2013 foram instituídas as comissões setoriais com um sistema de rodízio, visando democratizar o processo que antes era feito por uma única pessoa indicada pela gestão. Contudo, em 2016, a gestão da época retomou o modelo de indicação de um único representante setorial. A conselheira criticou este modelo, argumentando que ele retira a autonomia e a força política do território, estabelece uma relação hierárquica e autoritária, e limita a capacidade de questionamento do representante, que fica atrelado à gestão. Sobre as comissões temáticas, foi lembrado que sua participação ocorria apenas quando tinham pauta específica na plenária. O psicólogo Andrey pontuou que a discussão deve considerar um fator novo em relação ao histórico apresentado: a possibilidade de participação online, implementada a partir de 2019, que assegura o direito a voz e voto. Para ilustrar que o engajamento não depende exclusivamente da presença física, citou o exemplo de Fernanda Primo, descrita como uma das colaboradoras mais ativas da gestão, que nunca viajou a trabalho por questões pessoais. Ele expressou preocupação com a associação direta entre engajamento e a participação presencial custeada pelo conselho, pois isso poderia sugerir que a viagem é um motivador maior do que a própria contribuição ao trabalho. O conselheiro Sérgio alertou para o momento político delicado, destacando que as decisões tomadas nesta reta final de gestão terão impacto no processo eleitoral, no qual ele, Kátia e Fábio têm um projeto de continuidade. Ele ponderou que a proposta de alteração nas comissões, embora seja importante para o funcionamento do conselho, pode gerar retaliações. Citou como exemplo a insatisfação já existente com o sistema de rodízio e a oposição da Comissão de Psicologia na Assistência Social a mudanças dessa natureza. Diante disso, propôs que a gestão atual prepare um documento com as orientações para a mudança, mas que o deixe como uma indicação a ser implementada pela próxima gestão, se assim o decidirem. Concluiu expressando dúvida sobre ter o capital político para sustentar a implementação da mudança neste momento. O conselheiro Emerson manifestou concordância com a necessidade de rever o funcionamento das comissões temáticas, defendendo que as resoluções do conselho devem ser pensadas com base no funcionamento ideal para a instituição, e não apenas na conjuntura política atual. Em resposta à preocupação com o impacto eleitoral, ele ponderou que este seria mínimo, dado o tempo necessário para aprovar tais mudanças. Ele levantou uma questão que considera delicada e que nunca foi objetivamente discutida em plenária: a participação com direito a voz e voto de nãoconselheiros. Emerson expressou preocupação de que essa prática, não prevista em regimento, possa ser usada para influenciar votações de pautas sensíveis e afirmou que a deliberação final é uma prerrogativa dos conselheiros. Ele sugeriu que o GT responsável pela revisão do regimento interno deveria problematizar e regulamentar essa questão. O conselheiro também historiou que, no início da gestão, não havia clareza sobre a participação custeada de comissões temáticas, sendo esta uma prática que se consolidou após a mudança de diretoria, por decisão desta, e não do plenário. Ele argumentou que a centralização das comissões facilitaria a organização e o posicionamento institucional, além de levantar a necessidade de se pensar na proporcionalidade da representação entre comissões com diferentes números de núcleos. Por fim, concluiu ser viável e possível avançar na construção de uma resolução que defenda um modelo de

comissões estaduais, com possibilidade de núcleos regionais, ampla participação online e coordenações colegiadas que contemplem as diferentes regiões do estado. A conselheira Ana Lígia posicionou-se contra a proposta de alteração no modelo de participação das comissões, argumentando com base no histórico de engajamento da categoria. Ela lembrou que, antes da pandemia, em um modelo exclusivamente presencial, as plenárias da COE eram cheias, com grande participação de membros do interior. Em contraste, após a pandemia e a adoção do modelo remoto, foi necessário um esforço ativo para garantir a presença, mesmo com a instituição do auxílio para custeio de deslocamento. Ela afirmou que a insatisfação com o atual sistema de rodízio se deve justamente à obrigatoriedade de participar online, abrindo mão do encontro presencial. Para a conselheira, limitar a participação ao modo online resultaria no desmonte do trabalho de engajamento, desvalorizando a dedicação voluntária dos colaboradores em seus territórios. Segundo ela, a presença nos encontros é crucial, pois o "momento de fazer política" ocorre não só nas reuniões formais, mas principalmente nos laços criados nos encontros informais, algo que o ambiente virtual não permite. A conselheira questionou o foco em cortar custos nas ações políticas, apontando que a maior parte do orçamento é comprometida com a folha de pessoal. Ela alertou que essa abordagem de ajuste financeiro tende a "esvaziar o conselho", contrariando o objetivo de aproximar a categoria. Por fim, declarou sua total discordância com a proposta, classificando-a como um "tiro no pé" para a gestão e uma medida que poderia ser facilmente revertida pela próxima administração. A conselheira Fabiola posicionou-se favorável à estadualização das comissões, baseando seu argumento estritamente em questões de funcionamento, e não financeiras. Utilizando sua experiência na Comissão Escolar, ela descreveu um cenário de ações individuais e desarticuladas entre os diferentes núcleos, o que foge ao objetivo de uma comissão unificada. Ela defendeu que a mudança para uma estrutura estadual com núcleos seria para unificar as ações, sem excluir a participação de ninguém. Apesar de seu apoio à mudança estrutural, ela concordou com a análise de que este não é o momento político ideal para a implementação, devido ao impacto que poderia ter no processo eleitoral. Por isso, sugeriu que a gestão atual trabalhe para deixar uma proposta de funcionamento estruturada e "quase pronta", para que sirva como uma indicação para a próxima gestão, que teria a autonomia de acatar ou não a sugestão. A conselheira reforçou que a ampla participação é uma decisão política do grupo e que é preciso arcar com suas consequências, incluindo a necessidade de definir melhor as regras de participação e votação, como apontado por Emerson. Ela concluiu afirmando que reverter a política de abertura neste momento seria um "tiro no pé" para o movimento político do qual fazem parte. Maurício abordou a questão orçamentária, explicando que, após um período de restrição durante a pandemia, o saldo para ações discricionárias (como reuniões e eventos) foi reestabelecido. Ele afirmou que o conselho tem condições financeiras de arcar com as despesas da participação presencial dos membros das comissões e que isso não representa um problema orçamentário atualmente. Ele ponderou que a questão mais relevante, em sua visão, é a do "rodízio" de participação, implementado para evitar que as mesmas pessoas representem as comissões continuamente. Maurício elogiou a implementação do sistema nas últimas plenárias, pois a medida permitiu a participação de "muita gente nova", o que considerou muito positivo para a representatividade do conselho. Por fim, sobre o debate entre participação presencial e online, Maurício defendeu a manutenção de um modelo híbrido, que ofereça ambas as possibilidades. Ele argumentou que não se deve retirar a opção online para quem a prefere, ao mesmo tempo em que se deve garantir sempre a oportunidade da participação presencial para quem a desejar. O conselheiro Andrey iniciou sua fala informando que sua proposta não visa "fechar a plenária" ou impor um modelo exclusivamente online, mas sim encontrar uma solução que una a

funcionalidade e a sustentabilidade. Ele reforçou o argumento da necessidade de unificação para a eficiência operacional, citando a dificuldade que a COF enfrenta ao ter que consolidar pareceres divergentes de múltiplas comissões regionais sobre o mesmo tema. Embora reconheça o possível custo eleitoral da medida, ele minimizou o risco, expressando que não acredita que os colaboradores engajados se voltariam contra o grupo por um ajuste funcional. Para ilustrar o impacto financeiro, ele apresentou uma estimativa, conectando a discussão à proposta de aumento de R\$ 32,00 na anuidade do próximo ano. Segundo seus cálculos, a unificação de comissões que hoje ocupam seis cadeiras na plenária poderia gerar uma economia de aproximadamente R\$ 150.000,00 por ano. Ele projetou que, em um período de quatro anos, essa economia poderia viabilizar a aquisição de uma nova sede para o conselho, o que, em sua visão, promoveria um engajamento mais significativo a longo prazo. Ele contrapôs este cenário com o risco de manter o modelo atual sem controle, no qual uma nova gestão poderia aumentar o número de cadeiras financiadas, pressionando ainda mais o orçamento. Informou que, em reunião de GT, os argumentos foram bem recebidos pelos colaboradores presentes, que concordaram com a perspectiva de um uso mais sustentável dos recursos da categoria. Maurício interveio para solicitar uma informação sobre o modelo de participação atual. Ele questionou se, no caso de uma comissão temática possuir vários núcleos (usando a CPAS como exemplo), a prática vigente é que um representante de cada um desses núcleos participe da plenária, o que foi confirmado. Em resposta ao questionamento, o conselheiro Andrey informou a proposta de estadualização das comissões. Ele explicou que, neste modelo, as comissões temáticas seriam unificadas em nível estadual e, embora os núcleos regionais continuassem com suas atividades nos territórios, apenas um representante de toda a comissão participaria da plenária. Este representante seria definido em um sistema de rodízio entre os diferentes núcleos. Ele contrapôs essa proposta à prática atual, na qual um representante de cada núcleo regional de uma mesma comissão temática participa da plenária (um da escolar, um da CPAS, um de estudantes, etc.). A conselheira Ana Lígia concordou com a necessidade de uma ação mais unificada por parte das comissões temáticas, como as de psicologia escolar e da assistência social, defendendo um modelo que unifique as ações, mas que continue a considerar as particularidades de cada território. Como alternativas para resolver a questão, ela sugeriu duas propostas: um modelo de "uma vaga por região", o que limitaria a participação a quatro representantes por tema (correspondente às quatro sedes do estado), com a ressalva de que a vaga não seria restrita aos coordenadores para permitir rodízio ; e, como segunda alternativa, que o conselho oportunizasse encontros presenciais para que as próprias comissões pudessem se reunir e alinhar suas discussões. Em aparte à proposta de oportunizar encontros para as comissões, a conselheira Pamela pontuou que a realização de uma reunião geral das comissões, com periodicidade (possivelmente anual), já é uma previsão do regimento atual, mas que não vem sendo cumprida. A conselheira Ana Lígia sugeriu que, no modelo atual, os representantes de comissões de diferentes cidades (Maringá, Londrina, Cascavel) já têm a oportunidade de se reunir e alinhar suas discussões quando viajam para a plenária. Ela concordou com a ponderação feita pelo conselheiro Sérgio, afirmando que talvez essa discussão devesse ser uma tarefa para a próxima gestão. Argumentou que, por se tratar de uma questão política e discricionária, qualquer mudança feita agora poderia ser revertida em poucos meses, e a atual gestão arcaria com o desgaste político de uma decisão impopular. A conselheira criticou a proposta de estadualização com um representante por rodízio, afirmando ver no modelo uma "construção hierárquica". Para ilustrar a baixa frequência de participação que o modelo de vaga única imporia, ela usou o exemplo da CPAS, que teria um total de 19 pessoas entre três cidades. Com isso, cada membro teria a oportunidade de participar presencialmente apenas

uma vez por ano, ou três vezes ao longo de uma gestão inteira. Em contraponto ao argumento sobre a baixa frequência de participação presencial no modelo de vaga única, o psicólogo Andrey ponderou que a análise não deve se limitar à participação presencial custeada pelo conselho. Ele destacou que os colaboradores podem, e de fato participam, presencialmente sem custos para o conselho quando as plenárias ocorrem em suas próprias cidades ou territórios. Citou como exemplo a presença de uma estudante da CER na plenária de Foz, por ser moradora da cidade. Dessa forma, ele argumentou que a lógica de que um membro participaria presencialmente "exclusivamente uma vez por ano" não é precisa, pois existem outras oportunidades de presença física. A psicóloga Ana Lúcia reiterou que a questão financeira é um ponto importante para a participação presencial. Ela argumentou que, mesmo quando as plenárias ocorrem em Curitiba, onde há muitos colaboradores locais, a adesão para passar o dia em reunião é baixa, sugerindo que a presença não é motivada apenas pela conveniência geográfica. Ela defendeu que o pagamento do auxílio tem a dimensão de "viabilização da presença", pois compensa os gastos com tempo, deslocamento e alimentação que a pessoa tem ao se colocar a serviço do conselho. Para reforçar seu ponto, lembrou que, quando se começou a pagar os colaboradores da Comissão de Ética (COE), a participação nas reuniões aumentou significativamente, uma discussão que ela recorda desde 2013. A conselheira Pamela interveio para recontextualizar a discussão orçamentária. Ela informou que o principal problema orçamentário do conselho não é o custo das plenárias, mas sim a folha de pagamento de pessoal, que consome quase 50% do orçamento. Segundo ela, o modelo de progressão no plano de cargos e carreiras impactou a gestão financeira a ponto de o conselho gastar mais com pessoal do que com suas ações finalísticas, tornando a gestão dessas ações "inviável". A conselheira relatou que, em função desse impacto, a gestão já tomou medidas. Foi bloqueada a modalidade de progressão de carreira baseada em titulação acadêmica, e o sindicato dos funcionários foi comunicado da impossibilidade de mantê-la no momento. Ela acrescentou que uma reorganização profunda da estrutura funcional, amparada por uma consultoria externa, é necessária antes que novas decisões possam ser tomadas. Diante disso, ela concluiu que o custo da participação em plenárias não é o fator de maior impacto financeiro. Reafirmou que o verdadeiro problema orçamentário do Conselho hoje é a "questão de organização funcional". Em complemento à fala anterior, a conselheira Ana Lúcia detalhou que o problema na folha de pagamento reside na estrutura da carreira dos funcionários, que descreveu como uma "subida escalonada" e não uma curva de progressão normal. Isso, segundo ela, resulta em uma "diferença salarial gigantesca" entre os cargos e na possibilidade de alguns funcionários atingirem salários muito elevados em poucos anos. Ela atribuiu a origem deste problema a decisões de gestões anteriores que, para evitar desgastes com a equipe, não sustentaram um modelo mais equilibrado. Informou que a secretaria, junto com Elaine, tem a tarefa de realizar um estudo para reequilibrar esta situação. A psicóloga Pamela retomou sua fala reforçando um ponto anterior: o principal problema orçamentário do conselho não é o gasto com as plenárias, mas sim a estrutura funcional e a folha de pagamento. Ela informou que o trabalho de reestruturação, que envolve uma consultoria e a revisão do organograma, já foi iniciado, mas é um processo longo que deverá continuar na próxima gestão. Ela então separou a questão orçamentária da proposta de reorganização das comissões. Defendeu que, quando há uma grande demanda de ações sobre a mesma temática em diferentes regiões, a reorganização é uma "questão lógica" para melhorar o funcionamento, e não uma medida hierárquica. Como solução, Pamela propôs que, no caso de existirem várias comissões regionais de mesma temática, o regimento preveja a necessidade de o grupo realizar uma eleição interna para escolher uma coordenação estadual. Essa coordenação, eleita pelos próprios membros, ficaria responsável pela mediação com a assessoria do

conselho e pela articulação das ações e da representação do grupo. Segundo ela, isso resolveria a questão de quem participa da plenária, pois o próprio grupo, através de sua coordenação, se auto-organizaria para decidir a rotatividade ou a permanência de seus representantes, de acordo com as pautas e necessidades. Por fim, ela argumentou que o trabalho de atualização do regimento deve focar em prever e estruturar soluções para situações que já ocorrem na prática, corrigindo brechas existentes em vez de "inventar a roda". A conselheira Kathia concordou com a proposta da conselheira Pamela, sugerindo que o regimento detalhe as atribuições da coordenação estadual, sua representatividade e a mediação com os funcionários do conselho, como forma de garantir a democracia entre os núcleos. Ela lembrou o histórico de discussões sobre o tema, citando que desde 2015 já se defendia a criação de comissões estaduais para dar mais força às pautas, uma vez que as demandas são parecidas nos diferentes territórios. No entanto, ela ponderou que o custeio da participação presencial é fundamental para a valorização e permanência dos colaboradores, pois lhes dá voz e audiência pelo "trabalho de formiguinha" que realizam. Citou como exemplo a mobilização do território de Londrina, que se fortaleceu e gerou novos engajamentos e lideranças políticas a partir da participação ativa nas plenárias. Ela argumentou que é preciso que as pessoas venham participar para entender o funcionamento do conselho e que desmobilizar esse processo seria perder um histórico de construção de engajamento. A conselheira sintetizou o dilema da gestão em equilibrar a economia de recursos com a necessidade de ter pessoas engajadas, afirmando que "se a Sede ficar vazia, não vai fazer sentido". Para isso, propôs que o regimento estabeleça limites claros, como o número máximo de participantes e de comissões, além de definir as atribuições de cada pessoa no processo. A conselheira Ana Lígia propôs que a gestão definisse sua política sobre como o recurso da anuidade deve retornar à categoria: se será prioritariamente através da construção de sedes (investimento em estrutura física) ou pelo fomento à participação coletiva (investimento em pessoas). Ela argumentou que a participação é uma forma de retorno que qualifica a prática profissional dos psicólogos em seus territórios, citando sua própria trajetória como exemplo. Ela questionou qual caminho a gestão deve seguir nos próximos meses: alterar o regimento agora ou deixar a discussão para o futuro. Em seguida, a conselheira defendeu o formato de comissão estadual, relatando que foi a existência de uma comissão nesse modelo que permitiu sua própria participação e a de outros profissionais de regiões sem comissões locais formadas, como o Sudoeste. Segundo ela, este formato permite uma organização flexível, onde representantes do território local podem ser acionados quando necessário. A conselheira concluiu, portanto, reiterando a questão sobre qual caminho seguir com a regulamentação até o final da gestão, em setembro, reconhecendo que os detalhes da organização futura deverão ser definidos em resolução. A Gerente Técnica Vanelise interveio para pontuar uma diferença processual estratégica entre a alteração do regimento interno e a aprovação de uma resolução. Ela informou que a alteração do regimento é um processo demorado, pois requer aprovação do Conselho Federal, enquanto uma nova resolução sobre as comissões poderia ser aprovada de forma mais ágil, já na próxima plenária do conselho. Apresentou esta informação como um ponto a ser considerado pelo grupo em sua decisão sobre os próximos passos. A psicóloga Vanelise informou que já existe uma minuta de resolução sobre as comissões temáticas, elaborada em um Grupo de Trabalho (GT) do qual participou. Ela se ofereceu para compartilhar o documento com todos os conselheiros, pois considera a visão deles muito importante. Vanelise destacou que a minuta contém outros pontos relevantes além da estadualização das comissões, como a articulação com o controle social e a proposta de que cada comissão setorial tenha um conselheiro responsável para dar mais corpo às ações. Ela ressaltou que a presença de um conselheiro, como o Sérgio, em discussões com as comissões, têm um peso

diferente da presença de um funcionário. Por fim, reforçou que a minuta merece uma análise atenta por parte dos conselheiros. O conselheiro Sérgio reiterou seu alerta sobre a necessidade de cautela com as decisões, devido ao delicado momento político e eleitoral. Ele citou a Comissão de Psicologia na Assistência Social (CPAS) como um exemplo de modelo funcional, onde os diferentes núcleos sistematizaram a prática de discutir as ações coletivamente antes de executá-las. Contudo, ele expressou a preocupação de que, para outras comissões, uma mudança estrutural imposta agora poderia ser interpretada como uma forma de "tirar a autonomia", o que poderia ter um impacto político negativo para a gestão. A conselheira Ana Lígia complementou o exemplo sobre a Comissão de Psicologia na Assistência Social (CPAS), descrevendo sua prática de apoio mútuo, na qual membros de um núcleo se deslocam para ajudar em eventos de outro. Contudo, ela expressou a preocupação de que, no atual momento político, uma mudança estrutural imposta pela gestão poderia ser interpretada pelos membros das comissões como uma tentativa de "tirar autonomia". Ela ponderou que essa percepção seria especialmente prejudicial, dada a reputação que, segundo ela, o grupo da gestão já possui nos bastidores. O psicólogo Sérgio reiterou sua posição, concordando com a proposição de mudança estrutural nas comissões, mas reforçando que, em sua opinião, não seria o momento adequado para a implementação. Ele informou que a minuta de resolução que já foi construída sobre o tema está bem detalhada, contemplando pontos como a eleição de um coordenador, suas funções, a composição com um conselheiro, a formação de núcleos e a garantia de vagas nas plenárias. Diante disso, ele solicitou uma explicação de Pamela e Andrey sobre a diferença processual entre aprovar as mudanças por meio de uma resolução, que ele considera mais viável, e por meio de uma alteração no regimento interno. O conselheiro Andrey iniciou sua fala explicando que seu exemplo sobre a economia de recursos não visava a compra de uma sede em si, mas ilustrar o potencial de investimento em áreas finalísticas, como a COF, a partir de uma gestão de despesas mais sustentável. Em resposta à questão sobre regimento e resolução, ele explicou que a alteração do regimento é um processo mais burocrático por depender de aprovação federal, mas necessária por exigências externas, como a participação em conselhos de direitos. Andrey abordou a questão da participação com voz e voto de não-conselheiros, levantada por Emerson, e posicionou-se firmemente contra a sua formalização em regimento. Ele alertou que esta prática é uma "brecha gigante" e "muito perigosa", pois permite que um grupo de oposição articulado possa derrubar qualquer decisão do plenário eleito. Sugeriu que, em vez de oficializar a prática, a próxima gestão seja orientada a retornar gradualmente ao que o regimento já prevê. O conselheiro também citou outras propostas que poderiam ser incluídas na revisão do regimento, como a criação de uma comissão de auditoria interna e a possibilidade de não-conselheiros coordenarem comissões específicas. Propôs ainda que seja prevista a eleição periódica para a coordenação das comissões, com mandatos de seis meses ou um ano. Por fim, ele retomou a discussão orçamentária, argumentando que o aumento da anuidade afasta mais a categoria do que um ajuste funcional na participação. Ele criticou o que chamou de "dois pesos, duas medidas", comparando o recente questionamento sobre o baixo custo do auxílio para participação online da COE com a aceitação do custo muito maior das diárias para plenárias presenciais, afirmando que o custo de uma diária de viagem equivale ao de dez participações remotas da COE. Andrey concordou com as ponderações sobre o questionamento do auxílio da COE, reconhecendo que o assunto foi corretamente pautado para explicação formal. Ele observou que a discussão, embora iniciada em uma conversa informal, foi devidamente levada à mesa para ser analisada. O psicólogo Emerson solicitou ao conselheiro Andrey que informasse o objetivo da discussão. Ele questionou se a intenção era apenas debater o tema da estadualização das comissões ou se o grupo

deveria deliberar sobre o assunto na presente reunião. Em resposta ao psicólogo Emerson, o psicólogo Andrey confirmou que a intenção não era deliberar sobre o tema na reunião. Ele justificou ter trazido o assunto à tona por considerá-lo parte do período de transição da gestão, que vai de junho a setembro. O objetivo, segundo ele, era alinhar a posição do plenário sobre o tópico delicado da resolução das comissões, para evitar que o Grupo de Trabalho (GT) continue avançando em uma direção que não tenha o apoio do grupo. Por fim, ele levantou a dúvida se a prática de garantir uma cadeira fixa com custeio do conselho para participação em plenária está formalizada em algum documento. A conselheira Kathia informou, com base em informação da conselheira Pamela, que a previsão de cadeira fixa para participação em plenária está registrada em ata, mas não no regimento interno, e que esta previsão se aplica somente à Comissão de Relações ÉtnicoRaciais (CER). A psicóloga Ana Lígia questionou se a Comissão de Direitos Humanos (CDH) também teria uma cadeira fixa, mas foi informada que não. Ela então pontuou que a questão do pagamento para participação em atividades está formalizada na resolução sobre diárias e auxílio-representação. Contudo, concordou que a organização específica das cadeiras para as comissões não está formalmente documentada. O psicólogo Andrey propôs um encaminhamento para a discussão, sugerindo seguir a linha apresentada pela conselheira Fabíola. A proposta consiste em avançar com os ajustes e a aprovação tanto do regimento quanto da resolução, porém, com o foco restrito às questões funcionais e de limites, sem se comprometer com a alteração na estrutura de cadeiras das comissões. Ele sugeriu que a questão das cadeiras seja apresentada de maneira informal, como uma sugestão para a próxima gestão durante o processo de transição, enquanto outras questões de funcionamento que estão "soltas" seriam formalmente amarradas nos documentos. O conselheiro Emerson iniciou sua fala alinhando as percepções do debate. Ele concordou que o impacto financeiro da participação nas plenárias não é o ponto central e que o investimento em mobilização política é pertinente, mas defendeu que as decisões sobre a resolução devem se pautar no que é mais correto para a organização institucional do conselho. Ele propôs que a resolução defina um modelo de comissões com coordenação estadual (colegiada ou não) e que preveja a realização de encontros anuais das comissões temáticas. Esses encontros serviriam como espaços para que os núcleos regionais possam se articular, trocar ideias e eleger seus representantes. O conselheiro acredita ser possível aprovar a resolução ainda nesta gestão para dar uma direção, mantendo o nível atual de participação dos núcleos, já que o impacto orçamentário não é o maior impeditivo. Contudo, ele levantou uma questão crucial: se o direito à representação for garantido aos núcleos de uma comissão, por equidade, deve ser garantido a todas, e é preciso avaliar se o conselho tem condições de arcar com essa isonomia. Como alternativa final, sugeriu que a resolução ou o regimento poderiam prever que a representação garantida em plenário seja exclusiva das comissões permanentes e setoriais, com a participação das comissões temáticas ocorrendo apenas sob consulta. O psicólogo Andrey comentou que considerou "interessante" a alternativa final proposta pelo conselheiro Emerson, de que a representação em plenário seja garantida apenas às comissões permanentes e setoriais, com a participação das comissões temáticas ocorrendo sob consulta. A psicóloga Ana Lígia manifestou sua discordância com a proposta de limitar a participação em plenário e solicitou que a questão fosse colocada em votação. Em resposta ao pedido de votação, o conselheiro Andrey ponderou que ainda não havia matéria para ser votada. A conselheira Pamela interveio para reorientar a discussão, que, em sua avaliação, estava ocorrendo "sem subsídios" e de forma circular, "chegando a lugar nenhum". Ela informou ter tido acesso à minuta de resolução das comissões temáticas e observou que muitos pontos em debate poderiam já estar contemplados no documento, que classificou como "muito bem escrito". Diante disso, ela propôs que o grupo focasse seus

esforços na análise e aprimoramento da minuta de resolução já existente. Sugeriu que todos os conselheiros lessem o documento para apresentar suas contribuições e que o Grupo de Trabalho (GT) responsável se debruçasse sobre este material para refinar o texto, em vez de continuar um debate sem um ponto de partida concreto. A conselheira colocou em pauta duas decisões a serem tomadas na reunião: se o GT do regimento interno deve ou não continuar seus trabalhos, considerando a grande dedicação que a tarefa exige; e se o grupo concorda em direcionar os trabalhos para a análise e o encaminhamento da resolução das comissões temáticas. Em resposta à conselheira Pamela, o psicólogo Andrey justificou o motivo de ter trazido a discussão para a plenária antes da finalização dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT). Ele lembrou que o processo tradicional de um GT trabalhar sozinho e depois apresentar um material pronto para aprovação já se mostrou problemático no passado, citando que a mesma minuta de resolução em questão já foi barrada em plenária, o que levou ao desengajamento do grupo. Andrey argumentou que, dada a falta de tempo hábil na gestão, não seria possível esperar todo o processo de construção do GT. Por isso, a intenção de levantar o tema na reunião atual era aproveitar o "ambiente seguro" para ter uma conversa preliminar e sentir a posição do grupo sobre a "grande mudança" da estadualização das comissões e suas implicações. Ele explicou que o objetivo não era "bater o martelo", mas sim alinhar politicamente o tema, já que ele tem implicações diretas para a transição de gestão. A conselheira Pamela questionou se, a partir da discussão, havia ficado nítido para todos que a questão financeira do Conselho, no que tange aos gastos com a participação nas plenárias, não era o aspecto problemático do orçamento. O conselheiro Andrey concordou com a análise apresentada sobre a questão funcional e salarial ser o principal problema orçamentário. Em seguida, ele informou que, aproveitando o ambiente da reunião, gostaria de fazer uma pergunta relacionada a este tópico, solicitando informações sobre as atribuições e o histórico do funcionário José Carlos Capelari. O gerente Maurício informou que José Carlos, hoje com 60 anos de idade, atua no setor financeiro. O setor é dividido em duas áreas, "dívida ativa" e "dia a dia", sendo ele o único e histórico responsável por todo o processo de dívida ativa e cobrança judicial. Foi descrito como um funcionário muito engajado e trabalhador, cuja função é crucial para a arrecadação do Conselho. Maurício contextualizou o histórico do funcionário, que está no Conselho há 33 anos e já ocupou o cargo de gerente geral. Explicou que o mesmo foi demitido após uma sindicância, mas foi readmitido por determinação judicial. Durante o período de afastamento, chegou a trabalhar no Correio. Com a vitória no processo contra o CRP, no qual comprovou ter sido vítima de perseguição, ele recebeu os salários retroativos — estimados na época em 400 mil reais — e foi compulsoriamente reintegrado ao quadro. Atualmente, José Carlos possui estabilidade sindical, pois atua há muitos anos como tesoureiro do sindicato dos funcionários dos conselhos. Maurício seguiu informando que ele trabalha presencialmente todos os dias em regime de meio período, uma opção própria, visto que a prerrogativa sindical lhe permitiria ausência remunerada integral. O funcionário já é aposentado, e foi mencionado que existe uma complexa discussão jurídica no Sistema Conselhos sobre a manutenção de funcionários aposentados sob o regime CLT, pois não se enquadram como servidores públicos para fins de aposentadoria compulsória. Foi informado que o setor jurídico acompanha o caso há alguns anos. Dada a detalhada elucidação, o Conselheiro Andrey agradeceu as informações. Após o aparte do Cons. Andrey, e retomando o assunto do regimento interno, a Cons. Pamela fez uma solicitação formal ao Grupo de Trabalho (GT): que, caso a revisão do documento avance, a cadeira permanente da Comissão de Relações Étnico-Raciais (CER) seja devidamente fixada no regimento. Ela justificou o pedido com base na importância política e transformadora da criação da CER como comissão permanente, uma iniciativa pioneira do conselho no Brasil. Segundo ela, a decisão partiu do

entendimento de que a temática étnico-racial precisa ter um lugar fixo e determinado na regulação do conselho, e essa importância deve ser refletida no documento principal da instituição. O conselheiro Andrey concordou que a solicitação sobre a cadeira da Comissão de Relações Étnico-Raciais (CER) deve ser tratada no âmbito do regimento interno, pois a CER é uma comissão permanente. Ele levantou uma distinção entre o direito à participação e o custeio desta, sugerindo a necessidade de um parecer jurídico sobre o tema. Andrey ponderou que o regimento pode garantir o direito à participação com voz e voto em todas as plenárias, mas isso não implica necessariamente na garantia de custeio para a presença física, uma vez que a participação pode ocorrer de forma online no modelo híbrido. Ele interpretou a solicitação como uma proposta para que o custeio da participação presencial da CER, que hoje não está formalizado, passe a ser uma previsão regimental. Em resposta, a conselheira Pamela argumentou que a discussão deveria focar na "participação política" e na "defesa desse direito". Ela informou que sua defesa é pela garantia, no regimento interno, da cadeira da Comissão de Relações Étnico-Raciais (CER) como uma importante "abertura política" da instituição. A conselheira ponderou que a questão orçamentária não deveria ser um impedimento para esta decisão. Reiterou que o principal problema financeiro do conselho é a folha de pagamento de pessoal e, portanto, o custo da cadeira da CER não representaria um problema significativo para o orçamento. O conselheiro Andrey propôs que os próximos encontros de domingo sejam realizados apenas entre os conselheiros. Ele justificou a proposta com dois argumentos: para não demandar o trabalho dos funcionários aos domingos e para permitir a discussão de temas sensíveis, como as questões funcionais levantadas pela conselheira Pamela, em um ambiente mais reservado. Maurício fez uma proposta sobre o Regimento Interno, lembrando que o processo de alteração em 2020 foi demorado e problemático, levando meses para ser aprovado no Conselho Federal de Psicologia (CFP) devido a questões como a inclusão da CER. Ele informou que já estava criando o processo formal para a nova revisão do Regimento Interno, destacando a necessidade de encaminhar o documento ao CFP o mais rápido possível. Em seguida, perguntou ao grupo se já existia uma minuta com as propostas de alteração. Em resposta a Maurício, a psicóloga Ana Lígia informou que o trabalho de revisão do regimento já foi iniciado. Ela relatou que foi realizada uma reunião do Grupo de Trabalho (GT) com a presença dela, Andrey, Fernando e Larissa, na qual o grupo dividiu tarefas para a revisão. A metodologia utilizada foi a comparação com o regimento do CRP de São Paulo para incorporar elementos que estruturam questões funcionais não abordadas pelo CPD. Além disso, uma das propostas de sua parte é a inclusão de um artigo sobre a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Ela explicou que essa inclusão é um critério exigido para que o conselho possa concorrer a uma cadeira no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A psicóloga Pamela ponderou sobre a proposta de incluir um artigo específico sobre direitos da criança e do adolescente no corpo geral do regimento. Ela argumentou que, se comesçassem a listar direitos de um grupo, outras comissões poderiam solicitar o mesmo, criando uma lista extensa no documento. Como solução, ela propôs que a defesa de direitos específicos seja incluída como uma atribuição da Comissão de Direitos Humanos (CDH), em vez de constar no corpo geral do regimento, e informou que já havia preparado um texto com essa sugestão. Em contraponto à sugestão anterior, a psicóloga Ana Lígia afirmou que a menção aos direitos da criança e do adolescente precisa constar diretamente no corpo do regimento interno, e não apenas como atribuição de uma comissão. A psicóloga Pamela reiterou sua preocupação com a inclusão de direitos de pautas específicas no corpo geral do regimento. Ela argumentou que, se o grupo começar a listar os direitos de um grupo, por coerência, deveria listar os de todos os outros, o que criaria uma lista impraticável. Ela usou o exemplo hipotético de que, se outra

comissão conseguisse uma cadeira em um conselho externo, também exigiria a inclusão de sua pauta específica no regimento. A psicóloga Ana Lígia justificou a necessidade de incluir a pauta específica dos direitos da criança e do adolescente no regimento, relatando que o conselho já tentou se inscrever no processo de um conselho de direitos e não obteve sucesso por não cumprir essa exigência. Ela ponderou que, embora não seja possível saber as regras de todos os conselhos, é preciso atender àquelas que já são conhecidas. A psicóloga Pamela explicou que o princípio se aplica a todos os conselhos de direitos, pois eles sempre exigem que a instituição interessada em uma vaga tenha suas atribuições formais relacionadas ao tema daquele conselho. A psicóloga Ana Lígia contra-argumentou, citando que o regimento atual já especifica uma área de direitos – os Direitos Humanos – o que estabelece um precedente para a inclusão de outras pautas específicas. Ela reforçou que, para além do debate, o ponto central é a exigência externa: enfatizou que o conselho não conseguirá concorrer a uma cadeira no conselho de controle social dos direitos da criança e do adolescente se esta pauta não estiver explicitamente contemplada. A conselheira Pamela reforçou seu argumento anterior, utilizando um exemplo análogo de que, pela mesma lógica, para concorrer a uma cadeira sobre "questões estruturais", o tema também precisaria estar no regimento. Ela reiterou sua preocupação de que especificar pautas individuais no corpo do documento levaria à criação de uma "lista gigantesca". Como solução, reafirmou sua proposta de que a defesa de direitos específicos seja detalhada como uma atribuição da Comissão de Direitos Humanos (CDH), e não no texto geral do regimento. Em uma tentativa de chegar a um consenso, a psicóloga Ana Lígia apresentou uma proposta de redação para o regimento interno. Ela sugeriu a inclusão de um novo parágrafo no Artigo 3º, que trata do fortalecimento do controle social. A redação proposta descreveria o CRP como uma instituição "com especial interesse na defesa intransigente dos direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas idosas, povos indígenas, população negra, pessoas LGBTQIAPN+", entre outros grupos vulnerabilizados. O objetivo seria contemplar as pautas necessárias no corpo do regimento, como exigido por conselhos de direitos, através de uma lista única em um parágrafo, em vez de criar múltiplos artigos. A psicóloga Pamela contrapôs a proposta de incluir a lista de direitos no Artigo 3º, argumentando que, mesmo dentro de um único parágrafo, a lista de grupos vulnerabilizados ainda seria "gigantesca". Ela reafirmou sua sugestão de que o local adequado para essa especificação seria dentro das atribuições da Comissão de Direitos Humanos (CDH), e não no corpo geral do regimento. O conselheiro Andrey lembrou que o debate sobre listar ou não todos os marcadores sociais não é novo. Ele citou que essa mesma discussão já ocorreu durante a elaboração do Planejamento Estratégico e, mais recentemente, no Congresso Regional de Psicologia (COREPSI) Informou que, em ambas as ocasiões, a solução encontrada foi a de criar uma lista detalhada de grupos e finalizá-la com uma expressão abrangente, como "e outras populações vulnerabilizadas", para garantir a inclusão sem o risco de omissões. A psicóloga Ana Lígia contribuiu para a construção da lista de grupos a serem mencionados no regimento, sugerindo que ela se baseasse nas comissões já existentes. Ela listou os seguintes grupos: mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, povos indígenas, população negra, pessoas LGBTQIAPN+ e migrantes. Adicionalmente, concordou com a sugestão de finalizar a lista com uma expressão abrangente, como "e outras populações em situação de vulnerabilidade". A conselheira Pamela apontou que a lista de grupos vulnerabilizados estava se tornando muito extensa. Para resolver a questão e garantir consistência, ela sugeriu que o grupo consultasse a lista de populações que já foi definida e utilizada no Planejamento Estratégico do Conselho, em vez de criar uma nova do zero. A conselheira Pamela acrescentou o povo cigano à lista de grupos a serem considerados, reforçando a complexidade da tarefa. Em

seguida, sugeriu que o grupo se "debruçasse sobre isso", indicando a necessidade de uma análise mais aprofundada do tema posteriormente. A conselheira Pamela propôs que, para garantir a consistência, a definição da lista de grupos vulnerabilizados deveria ser feita "em consonância" com os documentos já existentes no próprio conselho e com as normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Encaminhamento: Ao final da discussão, o conselheiro Andrey resumiu os encaminhamentos definidos pelo grupo, que são: o compartilhamento da minuta da resolução sobre as comissões temáticas para análise dos conselheiros e a realização da próxima reunião de domingo apenas entre os conselheiros, com Maurício e Vanelise de sobreaviso para eventuais consultas. Ele atribuiu uma das sugestões ao conselheiro Sérgio e buscou a confirmação dos encaminhamentos pelo grupo. Às 12h00m é encerrada a reunião Plenária e, nada mais tendo a relatar, eu, Maurício Cardoso da Silva - Gerente Geral, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pela Cons. Psic. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935), que secretariou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Cardoso da Silva, Gerente Geral**, em 29/08/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pamela Cristina Salles da Silva, Usuário Externo**, em 03/09/2025, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2363257** e o código CRC **8C4D9DCC**.